

## ACTA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

**7<sup>a</sup>**

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Primeiro Secretário e de Abel Maria Barranco, Segundo Secretário. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e seis elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Antero Augusto Neto Lopes, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Antónia de Jesus Moura Cardoso, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Ilídio Simões Martins, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Eugénia Batista Mesquita Cabanal, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, José Francisco Moreno, José dos Santos Carrasco, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Francisco Joaquim Lopes, Martinho do Nascimento Major, José Joaquim Moura, Luis Pedro Martins Lopes, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Maria Zita Rodrigues França Costa, Maria Helena Pires Mendo, Manuel Luis Tibério, Ilídio Miguel Martins Rito, Presidente da Junta de Freguesia de Bruçó, Francisco Joaquim Familiar, Presidente da Junta de Freguesia de

Remondes. -----  
-----Não apresentou justificação o Deputado Municipal Américo Luis Amador, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Luis Maria Mouro, Mário Humberto Afonso, Luís António Rodrigues Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos e Carlos Manuel Lourenço Luís, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior.* ---

-----1.2 *Informação da Correspondência Recebida e Expedida.* -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município.* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Proposta de Adesão do Município de Mogadouro à Associação Territórios do Côa – Associação de Desenvolvimento Regional”.* -----

-----2.3 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2011”.* -----

-----2.4 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2011”.* -----

-----2.5 *Análise e Deliberação sobre “Alteração/Aditamento ao Mapa de Pessoal e Orçamento Aprovados para o Ano 2011”.* -----

-----2.6 *Análise e Deliberação sobre “Suspensão Parcial do PDM de Mogadouro – rectificação à deliberação da Assembleia Municipal de 23/12/2010”.* -----

-----2.7 *Outros Assuntos.* -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “queria, pedir à Senhora Deputada Sandra Mesquita para nos vir ajudar hoje, porque a Senhora Primeira Secretária por motivos profissionais não pode estar”. --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior.* ---

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “agradecia só que a páginas 318 da acta, na linha 9, a contar do fundo, fosse escrito, onde está titularidade, fosse escrito territorialidade, direito de extra territorialidade,

também na linha 9, mas a contar do princípio da página seguinte, 319, pedia que fosse substituído o adjectivo irrealista, por um outro adjectivo, que eu já não sei qual foi o que proferi, mas irrealista não foi de certeza, penso que teria sido revivalista, recordacionista, porque de facto as intervenções do Senhor Deputado Lima, e do Senhor Deputado Amaro na sessão comemorativa do 25 de Abril, tiveram algo de recordatório na data do 25 de Abril, aliás recordo-me do Engenheiro Amaro, teria citado aspectos da sua vida pessoal em Bragança, na altura, portanto nunca poderia ter dito irrealista, suponho que seria mais revivalista, que devo ter dito nesse dia, em caso de dúvida agradeço ao Senhor Presidente que recorra à gravação. Para além disso, Senhor Presidente também agradecia uma ligeira correcção, a folhas 361, na vigésima terceira linha, agradecia que a expressão “aluga-se quartos” fosse posta entre aspas, uns chamam-lhe comas, eu chamo-me aspas, não sei se digo bem, se não, mas eu sempre lhe chamei aspas, porque de facto corresponde ao que lá estava escrito e que não é da minha autoria; duas linhas abaixo, na linha 25, onde está escrito “Camara” Municipal, e muito bem escrito sem assento circunflexo porque é assim que erradamente lá está, agradecia que pelo mesmo motivo também fosse a expressão “Camara” intercalada entre aspas também, com o erro que lá está, porque é o erro que está lá na porta e contínua ”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “tomámos a devida nota. Não havendo mais intervenções em relação à acta vou colocá-la à votação. -----

-----Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, duas (2) abstenções, do PS, PSD, por não terem estado presentes na anterior sessão e quarenta (40) votos a favor. -----

-----Vamos passar ao ponto **1.2 Informação da Correspondência Recebida e Expedida.** -----

-----Toda a gente teve conhecimento, através da documentação que foi enviada. Alguém tem alguma coisa a dizer sobre isto? Não tendo, vamos passar ao ponto **1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;** ----

-----Antes de dar a palavra aos Senhores Deputados que naturalmente pretendem inscrever-se, queria apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Pai da funcionária Isabel Silva Fernandes. Vamos colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Temos outro voto de Pesar pelo falecimento do Sogro do funcionário Francisco António Pinto Moura. Vamos colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Temos também um voto de Pesar pelo falecimento do sogro da Deputada Helena Mendo, recém-falecido. Vamos colocar a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. (*O Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD interrompeu e disse: penso que fará todo o sentido*

que seja acrescentado a essa lista o sogro do Fiscal Municipal Marcos). Vou propor a votação mais um voto de Pesar pelo falecimento do sogro do funcionário António José Marcos. -----  
-----Aprovado por unanimidade. -----  
-----Depois, temos aqui, um requerimento que passo a ler: -----  
----- «Manuel Alfredo Preto, na qualidade de membro eleito desta Assembleia, atento ao que se passa à minha volta e convicto de que o Concelho de Mogadouro, deu nos últimos anos um enorme salto em todas as vertentes e mais concretamente no campo das infra-estruturas e das obras públicas permito-me lembrar a todos vós que por detrás de tudo isto e principalmente em anos difíceis como os que temos vivido existe certamente muito trabalho de alguém. -----  
-----Porque fiz a minha análise, sustentada por inúmeras opiniões que recolhi, quer de munícipes deste Concelho, quer de pessoas com responsabilidades em Concelhos vizinhos, chego à conclusão que esta grande mudança operada no nosso Concelho, radica naturalmente no empenhamento e visão do nosso Presidente, mas fundamentalmente na confiança que depositou no Vereador António Pimentel, que aos meus olhos e da generalidade dos Mogadourenses se revelou uma surpresa extremamente agradável, pela sua entrega à causa pública, condimentada com alguns ingredientes que nem todos podem exhibir, nomeadamente uma grande humildade, uma integridade inquestionável e uma determinação inquebrável, sustentada por uma persistência verdadeiramente atroz. -----  
-----Por tudo isto e porque entendo que só valorizando os bons exemplos, podemos aliciar outros para a mesma entrega à causa pública, proponho a todos os membros desta Assembleia que aprovem um voto de louvor a este homem para que possa continuar com mais força, a dar o seu contributo a este Concelho em tudo aquilo que estiver ao seu alcance. -----  
-----Mogadouro, 28 de Fevereiro de 2011». -----  
-----Temos um conjunto de proponentes. Se alguém quiser fazer alguma intervenção sobre este requerimento, ou se o seu autor quiser explicar melhor, tem também a palavra. (*O Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do CDS interrompeu e disse: Senhor Presidente eu peço desculpa, ou foi com falta de atenção, aí acaba com o homem, eu não sei quem é o homem, isso não está explícito*) Não sabe quem é o homem? Acho que o que está em causa aqui, está a pedir aqui um voto de confiança ao Senhor Vereador Pimentel, é um requerimento que aparece aqui, que está assinado por um conjunto de pessoas, naturalmente que estas pessoas representam os Deputados que estão aqui presentes, e que querem manifestar por este meio a sua generosidade à pessoa que eventualmente

entendem que prestou um digníssimo trabalho a nível do desenvolvimento do Concelho, têm esse direito, assim como o Senhor também tem o direito de o contestar, se assim o entender, enfim, em democracia tudo é possível, todavia é um requerimento que está aberto a discussão, e como tal, se alguém quiser intervir sobre ele, sim senhor, se não eu dou a palavra também ao primeiro subscritor, se entender que quer aprofundar, se não ponho à votação, e mais nada, que é essa a minha obrigação. Sobre o requerimento alguém deseja intervir? Entretanto se o primeiro subscritor quiser adiantar mais algum pormenor antes de as pessoas intervirem, eu dar-lhe-ia a palavra, senão quiser, (*ouviram-se vozes*) ao fim? -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “relativamente a este assunto, a este requerimento que foi aqui apresentado, a primeira questão que eu levanto é esta: se pode haver lugar nos termos do regimento para discutirmos este assunto? (*O Senhor Presidente da Assembleia respondeu: isto é um requerimento, eu podia tê-lo posto logo à votação.*) Aquilo que eu quero dizer é o seguinte: este requerimento surge da bancada do PSD, eu sou Líder Parlamentar desta bancada, e revejo-me completamente na substância, no conteúdo deste requerimento, como tal, por questões solidárias, porque é um Vereador da Câmara Municipal apoiado pela bancada Social-democrata iremos votar favoravelmente, porque nos revemos completamente na substância”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente não sei se está escrito que é requerimento? (*o Senhor Presidente respondeu que sim*) Se está requerimento não me parece que seja correcto que isso seja um requerimento, isto é uma moção de apoio a uma pessoa, é o que nós, da nossa bancada, temos a dizer sobre este assunto, o que está escrito nesse dito requerimento, entre aspas, é a apologia do trabalho de uma pessoa que não faz mais do que o seu dever, que não faz mais do que aquilo para que foi eleito, portanto não temos nada que estar com moções de apoio, ou não; a mim dá-me impressão que isto é mais uma guerra interna do PSD, que sejam eles a resolvê-la, portanto nós não vamos votar favoravelmente este requerimento, antes pelo contrário, vamos votar contra este requerimento, isto é endeusar pessoas, e nós somos contra o endeusamento das pessoas”. -

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ eu não entendo o requerimento com esta finalidade, mas já que foi posto aqui à discussão, só duas considerações, em primeiro lugar, independentemente dos méritos ou desméritos do Senhor Vereador Pimentel, que não quero aqui considerar, eu entendo que o que aqui se está a querer propor é um presbécito, e os presbécitos deixam-se para os dias das eleições, quando os houver, aqui em Mogadouro nunca houve nenhum presbécito Municipal, embora a Lei o permita. Sobre o mérito ou desmérito da actuação, enquanto Vereador Municipal, do Senhor Vereador António Pimentel, não faço qualquer consideração, mas recordo aqui as palavras repetidamente ditas pelo

Senhor Presidente da Câmara quando diz, e com razão, de que os méritos ou desméritos são do Executivo no seu conjunto, do Executivo a que ele Preside, o Senhor Presidente mais do que uma vez aqui disse que tinha uma equipa solidária, que era o responsável por ela e sendo responsável por ela tudo o que de bom ou de mau aconteça deve ser remetido para o Executivo no seu conjunto, e não para a pessoa do Senhor Presidente, nem para a pessoa do Senhor Vereador A, nem do Senhor Vereador B, nessa medida considero perfeitamente extemporâneo o requerimento, e só não voto contra, porque me vou abster, e abstenho-me porquê? Porque acho extemporâneo, mas aceito, porque foi pelo Senhor Presidente aqui aceite, nessa medida eu discuto e voto, mas entendo que nem sequer aqui tem cabimento, isso é um assunto para eleições Municipais, quando o Senhor Vereador se propuser para este, ou para outro cargo em futuras eleições aí as populações poderão repetir a confiança das últimas, ou retirar-lha, mas isso é uma actividade dos Municípios, não me parece que seja curial, que seja tratada nesta casa, nesta Assembleia”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “isto nem de propósito, não se podia descrever melhor o nosso portuguesismo, uma pessoa que é eleita, está a desempenhar uma função, e pelos vistos desempenha a sua função com capacidade, desempenha-a bem desempenhada fazendo o melhor possível, dando o melhor de si, ou seja o que é exigido por quem votou as pessoas para esses lugares, com certeza que na proposta diz, depois de auscultar muitas pessoas, depois de se ouvirem outros intervenientes na rua achou-se por bem fazer isto, eu só lamento e devia-se fazer, era trazer para aqui para elementos da Câmara, funcionários da Câmara, outras pessoas, fazer o mesmo requerimento pelos maus serviços prestados, ou seja, por não cumprirem aquilo para que são eleitos, isso é que era de louvar e de realçar, agora trazer para aqui uma proposta a uma pessoa que desempenha as suas funções como deve ser, eu acho que isso não é nada de relevante, isso é natural, isso é o que todos nós devíamos fazer”. -----

► **FRANCISCO LOPES** usou da palavra e disse: “ouvi com atenção a proposta apresentada no sentido de ser dado um louvor ao Vereador António Pimentel, embora concorde com o seu conteúdo, as obras feitas por esta Câmara não têm só a participação do Vereador apontado, e isso parece-me que não é justo para as outras pessoas que fazem parte do Staff do Presidente da Câmara que levou a efeito as obras apontadas, por isso eu abstenho-me de votar o documento apresentado”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “quanto a esta proposta no nosso ponto de vista ela está mal feita, não menciona o nome da pessoa em causa, fala no homem, o que é depreciativo, já foi dito tudo sobre este tema, isto é uma guerra de clagues, a nós não nos interessa, os méritos são do Senhor Presidente da Câmara, e neste aspecto, porque somos justos, vamos votar a favor esta proposta”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “mais nenhuma intervenção, vou colocar..., embora isto seja de facto como foi apontado um requerimento, o título não se coaduna muito com a expressão e o conteúdo do documento, isto poderia ser mais, talvez..., e também acredito que as pessoas substituam as terminologias que não são correctas, isto identifica-se mais com uma proposta de louvor, que é legitimo no âmbito do nosso regulamento, ou uma Moção de apoio, mas todavia aqui está requerimento., e é na qualidade de requerimento, e é uma competência do artigo dezanove, alínea d, qualquer um dos Senhores Deputados pode fazer requerimentos, e o requerimento normalmente vem no sentido de requerer, de pedir, é o que o próprio termo suscita, pedir uma informação à Mesa, ou uma informação à Câmara através da Mesa, pronto, será isso, mas também andamos todos os dias a aprender uns com os outros e como tal ter requerimento ou ter proposta é igual, mas como está requerimento vou colocá-lo aqui à votação. -----

----- O requerimento foi aprovado com trinta e seis (36) votos a favor, cinco (5) abstenções, e cinco (5) votos contra”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “é só para que fique bem claro, a razão da minha abstenção não tem a ver absolutamente nada com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, não tem nada a ver com isso, a minha abstenção tem a ver única exclusivamente por considerar que não tem razão de ser a apresentação, e que só a voto por respeito a esta casa, à Mesa e à Assembleia porque me foi posta, mas efectivamente todos os méritos ou desméritos são colectivos, são da Câmara, não são de nenhum Vereador individual, por mais eficiente que ele seja”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “temos também uma proposta, assim já está correcto, é proposta, eu pedia uma vez que está escrita à mão e eu posso enganar-me nalguma letra, pedia ao Senhor proponente José Maria Preto, se fizesse o favor de a ler”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “esta proposta que aqui apresentamos tem como assunto deliberação sobre redacção das actas das reuniões da Assembleia Municipal, e que passo a apresentar nos seguintes termos, eu tive o cuidado de preparar um texto para não me equivocar aqui sobre a essência da proposta e foi redigida nestes termos: «sendo as actas um documento formal de natureza descritiva devem as mesmas ter um relato objectivo e circunstanciado dos assuntos abordados nas respectivas reuniões. Dada a sua natureza de documento formal de registo de ocorrências e /ou assuntos tratados, não devem as mesmas constituir-se como um documento despido de eficácia. Ou seja as actas enquanto documento formal de registo daquilo que se passa, também não podem perder de facto aquele sentido de eficácia se não andamos todos perdidos quando temos que ler aquilo que são as posições, aquilo que está

escrito, aquilo que está redigido, e há coisa que não têm interesse absolutamente nenhum. Uma vez que as actas desta Assembleia Municipal têm perdido esta mesma eficácia resultante da preocupação visível de tudo ser transcrito, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta a seguinte proposta: -----

-----1- As actas devem ser redigidas tendo em vista a objectividade e a eficácia própria de documentos formais. -----

-----2- No que diz respeito aos assuntos de antes da ordem do dia, todos os assuntos e deliberações tomadas serão registadas *ipsis verbis*, ou seja tal e qual como foram aqui apresentadas. -----

-----3- Relativamente ao período da ordem do dia, aos assuntos da ordem do dia serão registados apenas os resultados e as deliberações tomadas. -----

-----4- Quanto aos outros assuntos serão registados *ipsis verbis* as intervenções apresentadas. -----

-----Mogadouro, 28 de Fevereiro de 2011. -----

-----O Grupo Parlamentar do PSD. -----

-----Resumindo e concluindo o que aqui está nesta proposta é uma economia de tempo, é um ganho de eficácia para que as actas de facto no que diz respeito aos assuntos da ordem do dia apenas transcrevam aquilo que foi a deliberação final, o resultado das votações e nada mais, aquilo que cada um pensou, ou disse, ou afirmou, foi apenas um contributo para se chegar àquele resultado, e o que interessa é o resultado, porque se não depois temos aqui a preocupação de quem redige as actas de andar ali a saber do adjectivo realista, ou revivalista, que também gosto muito, um termo um pouco romântico. De qualquer das formas o espírito desta proposta é este, além de estarmos a pensar no meio ambiente, porque será menos papel que vamos gastar, também será menos trabalho para quem vai redigir a acta, e penso que nestes termos, com esta proposta, o órgão sairá de facto a ganhar, as actas terão outro sentido, e não nos cansaremos de facto em casa porque temos menos documentos. Repito, se alguma dúvida houver relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, assuntos de antes da ordem do dia, nós entendemos que de facto as coisas devem estar lá porque são assuntos de interesse relevante, e se são assuntos de interesse relevante não merecem discussão, são apresentados aqui, e são exarados em acta, tal e qual como foram aqui apresentados. Já quanto aos assuntos da ordem do dia, também foi como vos disse, quanto aos outros assuntos também penso que isto não merece qualquer discussão. É esta a nossa proposta, é este o espírito da nossa proposta” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “temos então uma proposta para debate, acho que o tema é no mínimo muito importante para o desenvolvimento dos nossos trabalhos da Assembleia, eu

não tenho nada que me pronunciar, quem tem que se pronunciar é a Assembleia Municipal, e como é uma proposta vai ficar sujeita a debate e aceitam-se inscrições”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “em parte concordo com a proposta apresentada no sentido de economizar o espaço que a acta ocupa, no entanto na parte em que diz que só deve ir para a acta as votações, os resultados, eu acrescentaria mais as declarações de voto, porque podem votar contra, mas quererem se justificar o porquê, acrescentaria além das votações, as declarações de voto proferidas em cada ponto, e era só isso que tinha a acrescentar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “isso está fora de questão porque é obrigatório, todavia no fundo o que se está a pedir, penso eu, é o cumprimento integral do número 1, do artigo 50, que diz o seguinte: será lavrada acta que registre o que de essencial se tiver passado nas reuniões, onde naturalmente constam as deliberações, nomeadamente as faltas verificadas, as deliberações tomadas e as posições contra elas assumidas, que são as tais declarações de voto, neste caso a requerimento daqueles que as tiverem perfilhado, e bem assim o facto de a acta ter sido lida e aprovada, contextualiza tudo, penso eu”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “de facto eu concordo com esta proposta no geral, com certeza que se podiam fazer pequenos ajustes, mas isso vem melhorar e vai evitar situações como as que se passaram na acta anterior, na página 331, na intervenção do Senhor Presidente, o Senhor Presidente disse e muito bem que, passo a ler: tratava dessas reuniões, muito bem, o tempo foi passando e pediram a minha comparência, nunca tinha comparecido em Assembleias das Águas de Trás-os-Montes, e desta vez pediram a minha comparência, estavam presentes os Municípios de Alfândega da Fé, Alijó...”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Concordo com o essencial do que foi proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD e também com a sua interpretação quando leu o artigo 50, eu penso que o fundamental, e é uma sugestão que eu queria fazer, era saber o que é que consideram essencial, o regimento obriga a que da acta constem todos os assuntos considerados essenciais, e portanto desde que sejam considerados essenciais devem ser transcritos, mas são considerados essenciais por quem? Adopta-se uma norma tipo base que fica pelo menos enquanto vigorar este regimento, ou faz-se uma interpretação daquilo que é essencial, do que é essencial hoje, do que é essencial na próxima Assembleia, do que será essencial nas outras seguintes, por este motivo eu queria que se levantasse um bocadinho esta questão. Isto para quê? Para depois poder ser permitido a qualquer Senhor Deputado Municipal fazer correcções do que tenha dito, ou até melhorar interpretações do que tenha sido feito nessa Assembleia, pode haver e tem havido alterações de posição, e pode haver e deve haver ajustamentos

necessários, eu sugeria que o Grupo Parlamentar do PSD, se me é permitido, aperfeiçoa-se este conceito de essencial, e também, já agora sugeria-lhe, se assim entenderem, que aditem ao vosso pedido a vantagem de embora as actas serem sucintas a gravação integral seja guardada durante um determinado período. Concordam?” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “em relação a esta intervenção e sem querer retirar a palavra ao proponente queria dizer que a guarda desse documento no mínimo 5 anos tem que estar guardado. Outra questão, o termo essencial, o Senhor sabe o que significa essencial, e esta palavra-chave está transcrita no Código do Processo Administrativo, não é inventada, no código do processo administrativo diz: tudo o que de essencial se passar, ora é a essência das coisas, é a essência relevante das coisas, é votações, resultados das votações, propostas da Câmara, resultado das deliberações que é para depois a partir daí se poderem constituir as tais chamadas certidões”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “relativamente à proposta que apresentámos não vamos alterar absolutamente nada porque entendemos que ela é muito clara, e que está lá tudo dito, não precisa de qualquer adenda, de qualquer ajuste porque de facto *ipsis verbis* para aquilo que são as intervenções dos assuntos de antes da ordem do dia; no que diz respeito aos assuntos da ordem do dia apenas as deliberações finais, os resultados, e aquilo que disse e muito bem, as declarações de voto porque os resultados finais traduzem aquilo que é relevante, o que eu penso, ou o que eu acho não interessam porque foi sufragado através do voto, ou foi aprovado, ou foi reprovado, nada mais; quanto aos outros assuntos, é evidente que se eu vim aqui apresentar o assunto, fica gravado, fica em acta, portanto não apresentamos qualquer alteração, nem adenda ao documento reconsiderando de facto esses pormenores das declarações de voto e do registo gravado dos assuntos que aqui foram tratados, nem podia ser de outra maneira”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “da proposta e do que foi aqui dito pelo Deputado José Maria Preto, eu não fiquei com a ideia perfeita, quando o Senhor Deputado José Maria Preto se refere a outros assuntos, refere-se a outros assuntos em geral, ou a outros assuntos como ponto da ordem de trabalhos? (*ouviu-se a voz do Deputado José Maria Preto dizer que eram outros assuntos da ordem de trabalhos*) Daí a minha dúvida, muito obrigado. Portanto quando a vossa proposta fala em assuntos de interesse para o Município porque estão antes da ordem do dia, deveria dizer assuntos de interesse para o Município que estão no período antes da ordem do dia, e outros assuntos que estão na ordem do dia. (*o Deputado José Maria Preto disse: está cada um desses aspectos nos pontos diferentes da proposta*), (*O Senhor Presidente da Assembleia disse: eu acho que não desvirtua em nada, Senhor Deputado é assim, nós fazemos parte de outros*

*órgãos nomeadamente das Assembleias Distritais, das Assembleias Intermunicipais, e de facto num universo de oitenta, noventa Deputados, aparecem actas com 4, 5, 6 folhas onde versa exactamente os assuntos importantes lá tratados, agora estas dissertações que normalmente aparecem aqui no período de antes da ordem do dia, essas são as únicas que em principio deverão ser praticamente eliminadas, no caso de requerimentos, moções, isso vai ter que constar tudo, tudo que esteja sujeito a votação, que é no fundo a aprovação da Assembleia, vai estar obrigatoriamente contido na acta)* Muito obrigado Senhor Presidente, só que o Senhor Presidente respondeu àquilo que eu não perguntei, a minha pergunta é simples serão transcritos por extenso *ipsis verbis* os assuntos incluídos no 1.3, antes da ordem do dia, chamados assuntos de interesse relevante para o Município, são, e agora a minha pergunta é esta: e aquilo que nós chamamos outros assuntos, que estão incluídos no período da ordem do dia, também? Ou não?” -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “queríamos que o Senhor Presidente considerasse que nas votações fossem diferenciadas as intenções de voto, tantos do CDS, tantos do PSD, não a totalidade, tantos a favor ..., que diferenciasse, votaram a favor do CDS, tantos, do PSD, tantos e do PS, tantos, gostaria que fosse assim”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “isto é um órgão colegial e como tal o resultado tem que ser apresentado em termos de colégio, todavia nas actas poderá eventualmente ser transcrito ... -----

-----Assim sendo vou pôr a proposta à votação. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Já lá vamos com uma hora, o regimento prevê que se a Assembleia assim o entender possamos prorrogar por mais uma hora este período, como não entramos ainda propriamente nele, embora isto sejam assuntos também relevantes para o Município, e penso que este foi muito relevante, senão o mais importante porque de certa forma vai reduzir tempo, trabalho, papel, e às vezes muita burocracia no cumprimento da redacção das actas, se foi assim, se não foi assim. -----

-----Vamos abrir inscrições para o período de antes da ordem do dia, temos seis inscrições, temos que ratear tempo aqui, peço desculpa, vamos dar no máximo cinco minutos a cada pessoa”. -----

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Mesa cinco minutos não sei se serão suficientes, mas vamos tentar. Antes de mais nada quero congratular-me com a notícia da anunciada construção do Museu de Arqueologia, acho que é uma ótima notícia para o Concelho, desde logo porque existe imenso material disperso que foi aqui recolhido por estudiosos investigadores e que o levaram para outras partes do país, e que uma das desculpas que eles curiosamente dão para não devolver esse material ao Município de Mogadouro, é que Mogadouro não tem um

Museu, agora vai deixar de haver essa desculpa, ainda bem. -----  
-----Outro assunto, é em relação à classificação do Monóptero de São Gonçalo, alguém fez o favor de me alertar para essa situação porque parece que já desde 1991 que aquilo é prorrogado sucessivamente, isto passasse assim: o IGESPAR indica os imóveis que serão alvo de classificação, se no final do ano não forem classificados é prorrogado esse período por mais um ano, eu acho que a Câmara poderia tentar fazer uma forcinha para que fosse efectivamente classificado, senão qualquer dia não temos ali nada. -----  
-----Queria também deixar uma sugestão à Comissão de Toponímia para que fosse incluído em futuras reuniões, em futuras sessões o nome do Coronel Albino Pereira Lobo, que foi de facto uma figura relevante do nosso Concelho, foi o fundador, o pai do Museu de Arqueologia Municipal, Museu Abade Baçal, escreveu, deixou uma obra imensa, uma parte da qual sobre os achados de Mogadouro. -----  
-----Queria, já agora também, deixar aqui outro ponto em relação à Rua da Hera, caiu um muro e a mim disseram-me, não sei se é verdade, nem se não, a Câmara poderá esclarecer melhor, que o proprietário sugeriu à Câmara dar-lhe um pedaço de terreno, em troca da subida do muro, eu estou a alertar para isto porque aquilo é uma situação perigosa, aquilo tem à volta de 3 metros de altura e pode haver ali um acidente, pode ficar ali um carro debaixo dos escombros, ou uma criança, ou um transeunte normal, alertava só a Câmara para essa situação. -----  
-----Depois tenho aqui, por isso é que os cinco minutos não vão dar Senhor Presidente, uma proposta para que este regimento seja revisto urgentemente, isto além das gralhas gráficas e essas são de só menos, porque essas são facilmente corrigíveis, há erros de Português, que esses também deviam ser corrigíveis, mas ainda mais grave do que isso, e eu não queria menosprezar com estas palavras, nem melindrar as pessoas que fizeram parte da Comissão que elaborou isto, mas efectivamente há aqui autênticas barbaridades jurídicas, há aqui ilegalidades, há aqui contradições, e há aqui até inconstitucionalidades orgânicas, eu fazia esta proposta aqui de forma informal para que isto efectivamente fosse revisto e bem revisto, porque há aqui coisas que não cabem na cabeça de ninguém, as coisas saltam à vista, são demasiado evidentes, barbaridades, desculpe, eu não tenho outro adjectivo para classificar isto”. -----  
► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “em relação às gralhas gráficas, que é aí que eu me posso pronunciar, eu não sou Jurista, o regulamento revê-se na Lei 5-A/2002, todavia a Mesa está receptiva à sua proposta, a todo o momento poderei constituir um grupo de trabalho e convidá-lo-ei a si para integrar o grupo de trabalho, é a ajuda que pode dar a esta casa, e podemos fazê-lo a todo o momento, isto não carece de autorização da Assembleia, carece de autorização da Mesa da Assembleia, neste caso, de mim, pessoalmente. -----

-----Relativamente às gralhas gráficas, eu tive o cuidado de as denunciar e de dizer à empresa que não aceitaria este regulamento conforme ele veio, e por conseguinte a empresa comprometeu-se a não considerar como despesa e remediá-lo da melhor forma, todavia depois falaremos mais em pormenor o que é que juridicamente está incorrecto, até o podemos convidar para uma reunião de trabalho no dia em que por exemplo os Presidentes do Grupos Parlamentares se reunirem, convidamo-lo, estará lá presente e depois conjuntamente analisaremos e decidiremos se efectivamente valerá a pena refazê-lo, melhorá-lo ou deixá-lo estar”. -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “em primeiro queria congratular-me com o facto de a acta passar a ser escrita como vai ser, fico satisfeito porque em 1993 eu fui secretário da Mesa da Assembleia Municipal, escrevia eu as actas e houve algumas mudanças, deixaram de ser manuscritas num livro e passaram a ser escritas na forma em que estão agora e eu propus realmente que as actas tivessem 2 ou 3 páginas no máximo, que fossem objectivas, mas a partir da 2ª ou 3ª não foi assim, porque havia aqui alguns, já não estão cá todos, recordo-me do Senhor Alfredo, então Presidente da Junta de Urrós, do Senhor Presidente da Junta de Bemposta, o Zé Luis, o Engenheiro Monteiro que exigiram que fosse escrito inclusivamente o Português (?), fico satisfeito, acho que vamos ganhar tempo, e vamos ganhar qualidade com essa situação. -----

-----O outro assunto é o que prometi trazer todas as Assembleias, Senhor Presidente quando for oportuno era só para lhe lembrar, quando for oportuno, mas que seja antes do verão, a ver se mudamos o regulamento dos Gorazes para a Juventude, está bem? Para a Juventude não ter que pagar aquele espaço. -----

-----Outra questão tem a ver com a segurança na via pública quando há obras, já aconteceu mais um acidente igual ao meu, houve um carro que se meteu dentro de uma caixa dos esgotos aqui na vila, o meu caso não está resolvido ainda, embora tivesse tido a promessa que ia ser resolvido, já passou um ano e tal, não é por a questão do prejuízo, mas é por uma questão de exemplo, acho que se aquela empresa tivesse pago até era um exemplo para outras, para não serem pouco cautelosas com a segurança da via pública. -----

-----E agora queria trazer um outro assunto para aqui que foi abordado pelo Senhor Vereador António Pimentel relativamente àquele espaço que está em frente ao edifício da Zona Agrária, para mim aquele espaço é público, embora não tenhamos possibilidade se calhar de saber se o é, porque na escritura que estará feita aqui na Câmara Municipal foi feita por aquele Senhor Mário Corredeira, era então Chefe de Divisão, e não sei se está com os limites exactos, mas na minha opinião aquele espaço é público, mas mesmo que não fosse, aquilo tem dez metros de comprimento, talvez, por meio metro de largura, é um canteiro que os Jardineiros que andam do

outro lado da rua quando andam ali a trabalhar, e são muitos, se calhar meio metro quadrado para cada um faziam aquilo rapidamente e não estava aquilo com o aspecto que está, infelizmente o Senhor Vereador António Pimentel da outra vez, e aqui fico novamente surpreendido com os seus padrões de qualidade, achou que estava um trabalho bem feito, aquele trabalho que o meu colega que está aposentado, infelizmente por motivos da sua doença, o trabalho que fez ali, com a poda daquelas árvores, que estava um trabalho bem feito, acho que tem mau gosto nesse aspecto. Eu estou convencido que se o Director Regional de Agricultura, ou o Delegado Regional fossem do PSD provavelmente aquilo estaria a brilhar ali, mas como não são, como são da oposição à Câmara, do partido que se opõe à Câmara, é de todo interesse que esteja mal feito, que esteja feio para que as pessoas fiquem mal vistas, são estas pequenas coisas que pondo à frente as questões partidárias do interesse da vila, da beleza da vila, são estas pequenas coisas que distinguem os políticos dos politiquinhos, portanto Senhor Presidente diga aos Jardineiros, peço-lhe a si porque o Senhor Vereador parece que não terá esse interesse, se for possível, os Jardineiros quando andam do outro lado da rua que atravessem..., se não o Senhor Vereador Pimentel podia também como antigo funcionário da casa que o recebeu, recebeu quando foi preciso, depois de ter dito cobras e lagartos daquela casa, foi para lá, como antigo funcionário, e com o cargo que tem agora, se calhar ficava-lhe bem até ter mandado por aquilo ....., até porque se formos ver, não era nesta Câmara, todas aquelas árvores que estão ali, todas não, porque algumas até já foram arrancadas, eram duas mil e tal, foi a Direcção Regional de Agricultura que ofereceu à Câmara Municipal, sem qualquer encargo, portanto aquele espaço ali mesmo que seja privado é de uma entidade oficial, por isso agradecia que fosse arranjado quando tiverem oportunidade”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “há poucos dias tive o prazer de conversar com a Senhora Vereadora, Engenheira Tereza Sanches, além das suas qualidades humanas e profissionais, foi de uma qualidade política genuína (pura), que Deus a mantenha assim durante longos anos, no meio da conversa acabei por lhe exprimir o meu ponto de vista sobre um sector, mais em concreto o seu, dizendo-lhe que o Concelho de Mogadouro precisa urgentemente de um QREN, Quadro de Referência Estratégica para Mogadouro, em muitas áreas, mais concretamente no Turismo, devo lembrar que isto são considerações genéricas, os nomes dos Vereadores são para dar vida ao texto, pois isto está tudo ligado, deve ser uma máquina com uma engrenagem perfeita onde uma areia não encrave o seu funcionamento, devia neste momento ser uma das prioridades da gestão desta Câmara, mas para haver Turistas é preciso haver oferta, comer, dormir, ver, fazer, o pouco que me parece que vai havendo são alguns flyers e pouco mais; se a coordenação entre o diversos membros deste

Executivo funcionasse em pleno, o Senhor Vereador Pimentel sabia que ao financiar a recuperação de uma fonte, de uma cruz, de uma ponte antiga, de uma igreja, de um trilho pedestre numa Junta de Freguesia estava a dar ao Turista algo para ele fazer, se o Doutor João articula-se com as suas condições para a recuperação de casas antigas, algumas transformando-as em Turismo Rural, outras com o apoio de outras entidades, Juntas e Comissões Fabriqueiras, em Museus Etnográficos, em Adegas, podendo promover uma Rota de Adegas, em Cozinhas Regionais, em Fornos de Pão antigos, etc., estaria a dar comida, dormida, ver e fazer; se os investimentos fossem pensados sem ter a preocupação do voto ... pode na área do turismo ter algum sucesso, pode o Agricultor vender as couves na própria horta, podem as mulheres das aldeias fazerem umas rendas, os doces regionais, fumeiro, queijo, passando pelo artesanato e vendê-lo, pode-se dar trabalho a meia dúzia de mulheres a limpar casas de Turismo, mas ao executarem-se estas obras está a dar-se emprego a pessoas que vivem da construção, electricistas, picheleiros, trolhas, além do vendedor do material; se houver gente já vai haver restaurantes abertos ao domingo, mais gente nos cafés, e isto é economia, que gera emprego, que gera riqueza, que paga impostos, impostos que revertem para o Município para continuar a apostar no desenvolvimento mais sustentável. -----

-----Esta reflexão que vos deixo é um sinal da minha preocupação com o sentido de que estamos a seguir, Mogadouro está no topo, Mogadouro estava no topo das listas dos melhores Concelhos do Distrito de Bragança, em muitas áreas, há muitas décadas, hoje estamos no meio, a preocupação deve ser extensiva, principalmente à classe política, nas próximas autárquicas se as coisas continuarem assim, de certo passamos para cinco, adeus Pimentel e Bártolo, em sentido contrário, Moncorvo passou de cinco para sete nas últimas, acho que todos devemos ter um olhar para o observatório das dinâmicas regionais do Norte elaborado pela CCDRN que trata com muitos dados aspectos que nós muitas vezes não damos a devida atenção”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “dois ou três assuntos relevantes para o Município, mas queria aqui pegar nas palavras do Belmiro para dizer o seguinte: estou, estamos, todos nós na política, nesta política pelo Município de Mogadouro; estamos na política pelos mais nobres valores que são a causa pública, eu não acredito que haja essa desarticulação e que as pessoas de facto não sejam movidas por esses interesses relevantes e que de facto aquilo que as preocupe seja efectivamente o seu interesse pessoal, eu quero acreditar que assim é, e no que me diz respeito, é com esse espírito que aqui estou, porque se assim não fosse não estava. -----

-----Relativamente aos assuntos de interesse relevante para o Município queria dizer a esta Assembleia o seguinte: no dia 20 de Março vai

organizar-se neste País uma iniciativa que envolve o País inteiro e que se chama “Limpar Portugal”, não sei bem o que é que vai ser limpo, há muita coisa para aí que já devia ter sido limpa, bom, mas é de lixo que estamos a falar. O Agrupamento de Escolas de Mogadouro pretende de facto envolver-se, associar-se a esta iniciativa, estamos a motivar os nossos alunos, estamos envolvidos na ideia de que se tivermos o nosso Concelho mais limpo, estamos a prestar um serviço de interesse relevante ao Município, e nesse sentido convidava todos os Presidentes de Junta a associarem-se a nós no dia 18 de Março, porque no dia 20 de Março os nossos alunos estão nas vossas aldeias, não estão na escola e como tal não podemos desenvolver no dia em que isto vai correr um pouco por todo o País, portanto no dia 18 de Março, sexta-feira da parte de tarde, contamos já com o apoio logístico da Câmara Municipal, com os serviços próprios para de facto nos organizarmos à volta da limpeza do nosso Município, porque aquilo que se está a passar é uma pouca-vergonha, as pessoas de facto não têm o mínimo respeito por aquilo que é de todos e despejam os seus lixos de natureza diversa. Com esta iniciativa o que pretendemos é de facto o exemplo para as gerações futuras, é de facto limpar, colocar o nosso Município num estado de limpeza, para que também nesse parâmetro, Belmiro, estejamos no topo. Ora bem, isto depois prende-se com outra questão que é a questão dos eco pontos, em relação aos eco pontos eu dirijo-me à Câmara Municipal, porque se calhar é altura de distribuir mais eco pontos, porque não me parece que sejam suficientes, porque se enchem rapidamente e depois talvez por essa razão, e por outras as pessoas sejam levadas a colocar os lixos onde não deviam, portanto é um apelo que eu deixo, é uma ideia, logo que seja possível de facto poder avançar com a aquisição, distribuição, instalação de mais ecopontos para que as pessoas se comecem a habituar a colocar as coisas nos lugares certos. E pegava aqui também nas palavras do Antero Neto, meu colega de bancada, para dizer que de facto também me congratulo com o aparecimento do tal Museu Etnográfico que a Câmara Municipal vai de facto instalar, mas também deixo aqui a ideia à Câmara Municipal de que por essa Europa fora há os chamados Museus Vivos, e os Museus Vivos são isso..., e se calhar era uma ótima ideia, porque seria o primeiro no país, arrancar com um Museu Vivo no Planalto Mirandês, de Mogadouro, da nossa etnografia, cumprindo um duplo desígnio, primeiro, preservação da nossa etnografia, da nossa cultura, do nosso modo (?), e por outro lado uma infra-estrutura potenciadora do Turismo, da nossa economia local e uma infra-estrutura que eu penso que poderá ter e poderá fazer a diferença no nosso Concelho; já conversei com o Senhor Presidente da Câmara, com os Senhores Vereadores, não é a primeira vez que eu trago este assunto à Assembleia Municipal, também já sensibilizei a Câmara Municipal, o Senhor Presidente e Vereadores, como disse, e acho que há abertura para um dia

destes nos centrarmos à volta desta ideia”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “um pedido de esclarecimento à Câmara, neste momento estão a decorrer as chamadas obras de requalificação da zona histórica 1ª fase, em tempos, aqui já nesta Assembleia, penso que..., foi alertada a Câmara para a questão do projecto que ainda não estava aprovado, e penso que assim foi concursado, da necessidade de reformular algumas partes do projecto, mais precisamente na zona envolvente, isto é: em frente aos correios, em frente ao chamado edifício dos Casimiros, portanto queria saber se ..., o próprio Senhor Presidente aqui numa Assembleia Municipal, em resposta às perguntas que lhe foram colocadas o afirmou que depois quando estivessem em obra essas rectificações podiam ser feitas. Queria saber da parte da Câmara se essa parte está analisada, se há de facto algumas correcções a fazer de modo a não criar prejuízo principalmente a nível de tráfego nessa área, portanto era um esclarecimento e um alerta para não deixar passar esta fase, para que esses inconvenientes não venham a prejudicar a população”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “quero congratular-me pela presença do Deputado Senhor Osvaldo, que ao fim de tão prolongada e grave doença está aqui entre nós cheio, pelo menos aparentemente, cheio de saúde, isso é para nós um motivo de regozijo. -----  
-----Começo por responder ao Senhor Deputado Neto, o Museu de Arqueologia está de facto com o projecto feito, falta apenas um aval da Direcção da Cultura do Norte, sediada em Vila Real, tenho boas noticias que isso não vai ter problemas, portanto depois é só implementar a obra que vai ser feita o mais rápido possível para de facto podermos, não só preservar tudo aquilo que temos, mas também, mostrá-lo através de exposições permanentes num local digno e bem enquadrado como a zona histórica. -----

-----Quanto ao Monóptero, isso é um problema que já tem sido abordado, a Câmara só se sente responsável pela parte de sinalização para chegar ao respectivo Monóptero e às vezes põe como dificuldade o estado em que vai encontrar toda aquela zona, porque isso depende exclusivamente do IPAR. ---

-----Na Comissão de Toponímia faz uma proposta, essa proposta já está a ser considerada, mas o que esta Comissão de Toponímia não vai cair é no erro tremendo, quando der o nome à rua há-de ter um currículo, há-de ter uma ficha, onde diga quais são os méritos e merecimento que o indivíduo que vai ter o nome numa rua tem, não é como agora se verifica que há ali nomes que a gente não chega a perceber porque é que têm uma rua na vila de Mogadouro, portanto isso vai sair a seu tempo. -----

-----Na rua da hera olhe teria tido conhecimento, mas não tenho presente o assunto, mas vai ser reavivado, se ele está esquecido. -----

-----Senhor Engenheiro Domingos Amaro mais uma vez volta aqui com o problema dos gorazes e água mole em pedra dura tanto dá até que fura,

vamos a ver se numa carcaça já tão dura como a minha fura, bom mas vamos prometer. -----

-----As obras, isso são incidentes que ocorrem em toda a parte. -----

-----O canteiro do MAP vai ser embelezado rapidamente, e agora na primavera para dar força às flores que lá vão nascer. -----

-----Belmiro Ferreira, eu creio que os seus problemas, todas as suas preocupações estão a ser tratadas, não especificamente, mas no seu conjunto, está a fazer-se o que se pode na habitação social, está a fazer-se o que se pode no turismo, está a fazer-se o que se pode em tudo o que diz respeito à .... -----

-----Quanto aos censos, quanto à comparação que faz com Torre de Moncorvo, gostava de os ver todos a trabalhar, é que passaram-se de facto de cinco para sete Vereadores, porque se andaram ali a escolher, dantes..., agora é na barragem, põe aqui a residência, põe aqui a residência, puseram aqui a residência saltaram para dez, façam a mesma coisa agora com as estradas, com as barragens, inscrevam-se aqui durante um ano, no ano dos censos, passamos a doze, ou treze mil, e mantemos os sete Vereadores, portanto toca de trabalhar, que é assim mesmo que se faz. -----

-----Quanto à desarticulação do Município, Senhor Deputado Belmiro não esteja preocupado, aqui não há desarticulação nenhuma, a Presidência da Câmara e a Câmara Municipal, não tem nada, nada que ver com as relações pessoais dos seus elementos, desde que cumpram com o objectivo fundamental que foi o objectivo com que eu vim para aqui, é fazer tudo o que se pode para levar Mogadouro, de facto ao topo, evidentemente que não será ao topo do distrito, porque há Bragança, há Mirandela e há Macedo, mas faremos todos os possíveis por desenvolver essa acção, não ponha dúvida que as relações pessoais não influem no funcionamento da minha Câmara, porque no dia em que influenciar deixei de cumprir o meu dever e nessa altura saberei tomar as responsabilidades que me competem.

-----José Maria Preto, ecopontos, sim senhor, a primeira recomendação que se vai fazer é que eles sejam revistos o mais depressa possível, quanto a colocar mais ecopontos não depende só do Município, também depende da Associação de Municípios, e é a essa entidade que vai ter que se dizer sobre o assunto, e que vai ver quais são os custos daquilo que custaria fazer um levantamento dos que lá estão o mais rapidamente possível. Há uma coisa que eu gostaria de dizer, provavelmente isso não tem nada que ver com os caminhos cheio de escombros, com os caminhos cheios de monos, não tem, porque muitas vezes o ecoponto está vazio e nunca rejeita nada, quanto a isto dos monos basta uma chamada para a Câmara e dizer: tenho aqui um frigorífico, venha levantá-lo, e vai, não há relacionamento, mas há agora legislação recente em que vai através da entrega aos empreiteiros das respectivas obras, que lhes vai determinar o local onde eles têm que implementar obrigatoriamente por lei, os seus escombros, os seus monos. --

-----Museus vivos, o museu vivo é uma coisa encantadora, a primeira vez que eu escrevi sobre isso, foi já há cerca de quinze anos e preconizava precisamente aqui para Mogadouro, era uma coisa de outro tipo, mas era uma coisa de outro tipo que podia ser realizada dado que os custos não eram muitos, depois surgiram outros problemas, e isso passou para trás, mas este museu vivo a que se refere, bem a primeira coisa que requer é cinco, seis, sete, ou oito, ou nove, ou dez hectares de terreno, bem aquilo não pode ser no centro da vila, tem que ser nos arredores da vila, muito bem, e depois para fazer reviver as nossas tradições no que diz respeito, por exemplo, à produção de pão é preciso um Centro Interpretativo com o ciclo do pão, mas também é preciso uma moagem, mas também é preciso um forno, e todas estas coisas custam dinheiro, provavelmente dado que os dinheiros do QREN não se conseguiram gastar até hoje, não têm uma execução como deve ser, bom, então está-se a pensar em libertar dinheiros do QREN com fartura e vamos ver se esses projectos cabem, e se este projecto cabe, há uma coisa que é muito importante, não é fazê-lo Mogadouro propriamente dito, mas é fazê-lo através da Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, há roteiros, também pode haver roteiros do Centro Interpretativo, se isso for possível, pois com certeza, era minha intenção irmos ver esse tal Centro Interpretativo que o Doutor José Maria viu na Espanha, ou não sei quê, e vermos de facto se há alguém que pudesse fazer por alto o orçamento, e ver as possibilidades que havia. -----

-----Quanto ao Deputado Moreno, a recuperação da zona histórica, o projecto foi de facto assim e o projecto é de um Arquitecto, os projectos muitas vezes, como sabe, tão bem como eu, têm que dar entrada no organismo competente a tempo e horas para poderem ser considerados, e este veio de facto com essa anomalia, agora passo o trânsito da rua do Montanha, que desce, deito o São Sebastião abaixo, não vai abaixo, o São Sebastião é o Santo mais desconsiderado da vila de Mogadouro, e o Chico Lopes ainda lhe faz a festa do São Mamede em volta, ele está ali triste, vamos deixá-lo estar onde de facto está, de maneira que por ali não há trânsito, há transito no seguimento dos correios e que se enfia depois na rua Santa Marinha, e há trânsito por o outro lado também que vem da rua da república, exactamente como agora, não tenha dúvidas disso, agora é uma alteração que tem que ser feita em projecto, e já está combinada com o arquitecto” -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos entrar no ponto número 2 -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de*

*18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.* -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra para esclarecer este ponto e disse que algumas reuniões não servem para nada, outras servem para alguma coisa. -----

-----Referiu a reunião em que o Senhor Altino Aleixo falou a propósito da acta, uma reunião que pensa ter sido realizada em 22 de Dezembro, reunião da Assembleia Geral das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro em Vila Real. Disse que todos o apoiaram, que muitos deles não souberam onde se meteram quando entraram nas águas de Trás-os-Montes, meteram-se num buraco. -----

-----Disse ainda que há nove anos que andam a negociar a saída das águas de Trás-os-Montes. Nessa Assembleia diz que se resolveu deixar de pagar às águas de Trás-os-Montes enquanto não houver negociações verdadeiras para remodelar o contrato. Disse que ainda não saíram, mas que vão sair, ainda que para isso seja necessário accionar os tribunais. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara informou que a situação financeira continua bem. -----

► **ALTINO ALEIXO** disse, que o que tinha dito na Assembleia em relação às águas de Portugal que não é o que está na acta. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse que o Senhor Altino Aleixo está a enganar esta Assembleia ao dizer que houve uma alteração forçada no texto para favorecer alguém. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse que convidava, exigia que o Senhor Deputado em conjunto com a secretária da Assembleia ouvisse letra por letra, palavra por palavra o texto e se não tivesse razão para ter a dignidade de pedir desculpa à Assembleia. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.2 Análise e deliberação sobre “Proposta de Adesão do Município de Mogadouro à Associação Territórios do Côa – Associação de Desenvolvimento Regional”** -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra para esclarecer este ponto e disse que em tempos propuseram a esta Assembleia que o Município de Mogadouro saísse da Associação de Municípios do Vale do Côa, e fizeram-no porque estavam convencidos que essa Associação não ia pelo melhor caminho. A prova de que estavam correctos é que os Municípios que integravam esta área optaram por criar uma nova Associação, Associação Territórios do Côa, porque chegaram à mesma conclusão, não tinha viabilidade a continuação desta Associação, porque ela estava direccionada para o Museu do Côa, só não foi extinta porque essa Associação detém 1% do Museu do Côa. -----

-----Esta Associação Territórios do Côa foi criada porque havia um trabalho de dois anos que todos os Municípios faziam em torno do desenvolvimento de uma estratégia de eficiência colectiva de toda esta

região, do Vale do Côa. Foi apresentado um PROVER onde contemplava uma série de projectos onde Mogadouro também incluiu os seus. Estão definidos neste momento quatro milhões de euros, além do projecto privado para os quatro Municípios da CCDRN (Moncorvo, Freixo, Foz Côa e Mogadouro) pelo menos um milhão de euros está aprovado para cada Município. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não havendo nenhuma intervenção vou colocar à votação o ponto **2.2 *Análise e deliberação sobre “Proposta de Adesão do Município de Mogadouro à Associação Territórios do Côa – Associação de Desenvolvimento Regional”*** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.3 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2011”***-----

-----como este ponto está relacionado com o **2.4 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2011”*** procederemos à análise e debate destes dois pontos conjuntamente e depois votá-los-emos em separado”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra para esclarecer este ponto e disse que estes dois pontos têm a ver com introduções de assuntos que já não constavam do plano e algumas modificações em termos de dotação financeira nalgumas rubricas. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse, que nas modificações e no caso concreto que ele ia falar, não era modificação, mas introdução de obra nova, está consignada na revisão, que mais concretamente tem a ver com a construção de dois prédios de habitação social a custos controlados, e que o Vereador não tinha falado nesse assunto, que pedia alguns esclarecimentos sobre o local das construções. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra, disse que pedia desculpa mas que lhe passou, que já foi à reunião de Câmara um estudo prévio dessa zona, esse estudo prévio traduz a construção de três lotes, dois lotes em frente ao Centro de Saúde, que terão 24 apartamentos e da parte de trás um lote amplo, se a Câmara vier a entender um equipamento de relevo como por exemplo um multiusos. Aprovaram esse estudo prévio porque caso queiram avançar com a construção a preços controlados têm até final de 2012 para avançar com isso. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse que não sabia se esses apartamentos serão a melhor solução para alojar as pessoas, se não se irá criar um foco mais gravoso do que aqueles que já existem nesse local. -----

-----Sobre as outras revisões, disse que havia mais obra nova, 2ª fase do abastecimento de água ao sector nascente, que será feita por administração directa, gostava de saber onde começa e onde acaba a 2ª fase. -----

-----Falou ainda do edifício do GTL, sobre a multa aplicada à Ladário, disse

que não era revisão, mas sim alteração, porque já constava no plano do ano passado. -----

-----Disse ainda que se irão abster nesta revisão e alteração. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse que em relação a estes pontos, nesta matéria não fazem o exercício que faz o Governo, no momento em que o país está de tanga, no momento em que o país não tem fôlego insistem na mania de que será bom para o país continuar com as obras do TGV, endividar cada vez mais. Que o Município tem uma posição muito mais racional, muito mais sensata, entendem este assunto como uma questão estratégica de desenvolvimento do Município, fica muito bem ao Município arrepiar caminho e porque também se revêem nesta posição vão votar favoravelmente estes dois pontos. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** disse que o projecto de abastecimento de água ao sector nascente é um projecto extremamente caro, ronda os nove milhões de euros, o primeiro era no valor de dois milhões e novecentos, veio para um milhão e seiscentos, esse primeiro concurso é desde João Garrido até ao alto de Brunhosinho onde são construídos dois reservatórios, água para Bemposta, Urrós, Travanca e Brunhosinho, esta é a 1ª fase. A 2ª fase contempla a adução da água até ao Variz, com a construção também de um reservatório, a água irá por gravidade para a restante parte do Concelho que falta servir. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou ainda da palavra para lembrar ao Deputado José Maria que nesta questão do endividamento a Câmara não arrepiou caminho nenhum. O valor do orçamento e do plano de actividades é o mesmo, são os vinte e tal milhões de euros. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos proceder à votação do ponto **2.3 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Orçamento Municipal da Despesa do Ano de 2011”*** -----

-----O ponto foi aprovado com dez (10) abstenções, sendo sete (7) do PS e três (3) do CDS, trinta e seis (36) votos a favor e zero (0) votos contra. ---

-----de seguida vamos votar o ponto **2.4 *Análise e Deliberação sobre “1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos do Ano de 2011”***-----

-----O resultado da votação é exactamente o mesmo, dez (10) abstenções, sendo sete (7) do PS e três (3) do CDS, trinta e seis (36) votos a favor e zero (0) votos contra. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.5 *Análise e Deliberação sobre “Alteração/Aditamento ao Mapa de Pessoal e Orçamento Aprovados para o Ano 2011”*** -----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra para esclarecer este ponto e disse que esta alteração ao mapa de pessoal prende-se com a necessidade da criação da Comissão Municipal de Protecção Civil que a Lei impõe, que é integrada pelo Senhor Presidente da Câmara e imediatamente a seguir pelo Comandante Operacional Municipal, cargo este que não existe

presentemente no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. Quando nos últimos tempos tudo aquilo que se tem vindo a ouvir em termos nacionais se prende com protecção civil e protecção civil a vários níveis, é importante que a Câmara Municipal também tenha a sua Comissão Municipal e que a tenha preparada para actuar em todas as circunstâncias, nesse sentido faz falta alterar o Mapa de Pessoal criando o lugar do Comandante Operacional Municipal. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse que o ano passado tinha chamado a atenção que a Lei determina que a Comissão Municipal de Protecção civil integre um Comandante Operacional Municipal, também nessa altura perguntou se existia, e se não, porquê? Que se congratulava com a resposta que o Senhor Vereador acabou de dar. O Senhor Lima disse que era um lugar importante, e que esperava que não fosse por nomeação. Disse ainda que o CDS votava a favor desta proposta. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse que nada no parecer jurídico dos serviços da Câmara diz que o Comandante Municipal tem que ter uma licenciatura, e que o parecer não bate com a certidão, que assim vai contra o definido na Lei. Leu ainda um parecer jurídico retirado da internet.

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse que se centravam claramente não na alteração, mas no aditamento, assim sendo disse que não entendia a preocupação do Senhor Lima, que reconheceu que faz falta, mas manifestou preocupação relativamente ao processo de escolha do Comandante Operacional Municipal da Protecção Civil; o Senhor José Maria pensa que será um concurso transparente, como não podia deixar de ser. Disse que também lamentava as intervenções anteriores naquela tribuna por insistirem na preocupação relativamente ao processo de escolha, quando o que está em causa é só a deliberação sobre a alteração, ou não, aditamento, ou não, ao mapa de pessoal e orçamento aprovados para 2011. Disse que a Câmara Municipal podia contar com o apoio deles porque iriam votar favoravelmente. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra novamente e disse ao Senhor José Maria que escusava de dar o tiro no pé, que o obrigava a dar o tiro para o ar. Disse que quando interpelou o Senhor Vice-presidente acerca disto ele lhe disse que não era preciso. -----

► **BELMIRO FERREIRA** disse ao Senhor Deputado José Preto que tinha muita consideração pessoal por ele, mas que ele lia pouco os documentos. Disse que tinha dito que havia um erro jurídico de interpretação, que não disse que era contra; disse ainda que a proposta diz um licenciado e que a Lei durante dez anos, não exige nenhum licenciado. -----

► **JOÃO HENRIQUES** esclareceu que o que está em causa não é para substituir ninguém nos Bombeiros, nem para mandar nos Bombeiros, que não é para mandar em nada, a não ser para articular a necessidade quando há uma catástrofe de articular os meios todos que estão disponíveis no

terreno. Os Bombeiros continuarão a ter o seu Comandante, o Comandante Operacional Municipal não vem substituir ninguém. Disse ainda ao Senhor Deputado Belmiro que se esquece que o que diz na Lei, é que excepcionalmente pode não ser licenciado, e se excepcionalmente pode não ser licenciado, naturalmente será licenciado. O Senhor Vereador disse que cumpriam a Lei. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** voltou a intervir para dizer que de facto a pessoa é designada, é nomeada, mas que quer acreditar que essa designação e nomeação serão feitas por competência. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos proceder à votação do ponto **2.5 *Análise e Deliberação sobre “Alteração/Aditamento ao Mapa de Pessoal e Orçamento Aprovados para o Ano 2011”***-----

----- O resultado da votação é um (1) voto contra do PS, quatro (4) abstenções do PS e quarenta e um (41) votos a favor”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “eu não tenho nada contra ao enquadramento jurídico, e não tenho nada contra a proposta, o que acontece é isto, se a Lei o permite e a informação é esta que eu tenho, e no parecer jurídico feito pela técnica dos serviços nada diz que tem que ter licenciatura, mas na certidão obriga a que tem que ser um licenciado, e isto podemos considerar, apesar de a Lei o permitir durante um período de dez anos que é alvo de discriminação, seja ao nosso 1º Comandante, seja o nosso 2º Comandante dos Bombeiros de Mogadouro”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos passar ao ponto **2.6 *Análise e Deliberação sobre “Suspensão Parcial do PDM de Mogadouro – rectificação à deliberação da Assembleia Municipal de 23/12/2010”***-----

► **JOÃO HENRIQUES** usou da palavra para explicitar este ponto e disse que isto é uma rectificação a uma deliberação que já foi ali tomada anteriormente e isto é porque entretanto a EDP junto da CCR chegaram a acordo que a suspensão não teria que ser até à cota 500, bastava que a suspensão chegasse até à cota 235 e que para que isto suceda tem que a Assembleia Municipal rectificar esta suspensão. Disse ainda que só ia à próxima sessão de Câmara para ser rectificada esta decisão, porque há necessidade imperiosa de aprovar na Assembleia Municipal porque depende a continuação das obras do baixo sabor desta suspensão do PDM. O Senhor Vereador agradeceu a compreensão. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra para dizer que a questão que coloca não é a rectificação, ou não, do que foi pedido pela CCR, que a questão que coloca é uma questão formal, que a Assembleia só se pode pronunciar, só pode deliberar sobre proposta da Câmara, depois de a Câmara ter aprovado, ou não aprovado. Que se havia urgência devia ter convocado uma sessão extraordinária da Câmara Municipal para que

quando chegasse à Assembleia Municipal já estivesse aprovado pela Câmara Municipal, para depois ser rectificado em Assembleia Municipal. Disse que a Mesa terá que resolver e que achava que o ponto devia ser retirado da ordem de trabalhos por não estar conforme a Lei. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse que a Mesa relativamente ao desafio o que tinha a dizer é que leu, e que é um assunto da ordem do dia da Câmara Municipal que pede à Assembleia para tratar.

► **JOÃO HENRIQUES** disse ao Senhor Deputado Aníbal Moreno que era óbvio que se tivesse havido tempo o processo não tinha seguido estes caminhos, que como a proposta até é inferior e como o Chefe dos Serviços Administrativos informou que podia ser feito desta forma já que havia reunião da Assembleia Municipal nesta altura, não se viu inconveniente nenhum em trazê-la. O Senhor Vereador disse que assumia a responsabilidade de ter aprovado, e de ter mandado para a próxima reunião da Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal. Disse que deveria ser aprovado porque não havia necessidade de marcar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para resolver uma coisa que é minimalista, ainda é menor do que aquela que por larguíssima maioria foi aprovada há dois meses atrás. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que consultou os membros da Mesa, que é um assunto que está agendado na ordem do dia, que salvo melhor opinião vai avançar com ele, mas que perguntava à Assembleia se deviam continuar com este ponto. -----

► **ILÍDIO MARTINS** fez um ponto de ordem à Mesa e disse que apesar da tentativa de pressão do Senhor Vice-presidente, que não podiam ir nisso, pede ao Senhor Presidente da Mesa que indique em que preceito deste regimento se baseia para passar o ónus de resolução deste problema para esta Assembleia de que ele faz parte, ou que lhe diga em que preceito do regimento está a permissão para o Senhor Presidente, ou a Mesa tomar essa mesma decisão. Disse ainda que todos concordam que essa proposta será votada favoravelmente, mas não neste momento, que se decidirem pô-la a votação que votará contra, para não ter responsabilidades. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** disse ao Senhor Aníbal Moreno que lamentava, porque tiveram conferência de Líderes e que não valeu para nada, porque aprovaram a ordem de trabalhos. Que todos sabem as consequências e as responsabilidades que irão ter se votarem a proposta. -----

► **ANÍBAL MORENO** disse que voltava novamente ao assunto pela referência feita pelo Deputado José Maria, porque na conferência de Líderes só têm que aceitar os pontos enviados pela Câmara Municipal, que não os podem rejeitar, que não são obrigados a ter conhecimento se os pontos apresentados estão legais ou não. Passou a ler o que dizia a certidão, e disse que o que lá estava não era verdade, porque a reunião ainda não tinha sido feita. Disse ainda que ia votar contra. -----

► **ILÍDIO MARTINS** disse que pensava que deixou claro no final da sua intervenção que votaria contra, até para se eximir de responsabilidades, que outra coisa é ajuizar, e que ele ajuíza da bondade, que em termos abstractos acha bem, que não tem nada a opor, que é uma questão meramente formal.

► **DOMINGOS AMARO** disse que queria fazer um pedido de esclarecimento, queria saber se pelo facto da cota ter descido a empresa tem mais espaço para trabalhar, ou se têm que parar os trabalhos por isso? Disse que ninguém está contra o que está pedido na proposta, mas se não param os trabalhos, se não vai prejudicar em nada o Município, que se podiam conduzir as coisas como legalmente é devido, e que o Senhor Presidente da Mesa terá que decidir. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse que só leu agora a certidão na sua parte final, mas se encontrarem uma forma que seja benéfica para o Município e para todos, e se houver o compromisso de todos por parte da Assembleia em fazer a votação, porque o essencial da votação parece que toda a gente está de acordo, uma vez que não vai trazer inconvenientes nenhuns, antes pelo contrário; disse que não via inconveniente em que se votasse e a deliberação ficaria já tomada a posteriori. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que a sua postura era de cumprimento absoluto da Lei e do regimento, que o Senhor Deputado Ilídio Martins lhe perguntou onde via no regimento este tipo de procedimento, ele responde que o remetia para a alínea d do artigo 21. Como a proposta emana da Câmara admitia que estivesse em conformidade com a Lei, mas que não era Jurista para interpretar se está, ou não está. Pensa que ninguém quer ir contra a Lei. -----

► **JOÃO HENRIQUES** disse que a parte final da certidão está mal, que está incorrecta, disse que o início da certidão diz tudo o que se passa e que obviamente a parte final é um engano que foi copiado da outra certidão, solicitou que a última parte fosse cortada. O Senhor Vice-presidente disse que se entenderem que é necessário marcar-se uma nova Assembleia Municipal para votar o ponto, ou se entenderem que a Assembleia Municipal o pode fazer no momento, que estava nas mãos dos Senhores Deputados, senão não há problema nenhum e retira-se o ponto. -----

-----Respondeu ainda ao Deputado Domingos Amaro que obviamente as obras ficam condicionadas. Disse que neste momento não havia nenhuma suspensão do PDM efectiva, porque a CCDR ainda não a aprovou, a deliberação tem que ser rectificadora, por isso é que de boa fé trouxeram à Assembleia Municipal para enviar à CCDR para que possa dar seguimento à sua suspensão. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou a ler uma proposta que foi apresentada pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PSD: “ O Grupo Parlamentar do PSD propõe relativamente à análise e deliberação sobre

suspensão parcial do PDM de Mogadouro – rectificação à deliberação da Assembleia Municipal de 23/12/2010 propõe-se que se cumpra o procedimento legal mesmo que isso signifique retirar o ponto da ordem de trabalhos”. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse que todos estão interessados em que esta questão se resolva o mais rapidamente possível. Disse que têm que se reger pelos preceitos legais, que leu o texto e a parte que lhe confere mais autenticidade para poder decidir em colaboração com os outros membros da Mesa é o prazo vigência, que no fundo relativamente à primeira alteração que fizeram textualmente é igual, as alterações são as novas, as três, e que é isso que lhes é pedido para saberem compreender e passou a ler a parte do prazo vigência. -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse que a Mesa decidirá após aprovação, ou não aprovação da proposta. Diz que esta proposta vem dizer à Mesa que se cumpra a Lei. Que perante esta confusão jurídica e interpretativa pensa que vai retirar a proposta, logo não fará sentido propô-la. Pergunta se a proposta pode ser retirada, então a proposta é retirada e retira-se também o ponto para que se cumpra a Lei. -----

► **ANÍBAL MORENO** congratulou-se com a opinião do Senhor Presidente de fazer cumprir a Lei, mas que não podia deixar em claro a intervenção do Senhor Vereador na última fase, em querer responsabilizar esta Assembleia Municipal por o não andamento do ponto, quando as responsabilidades cabem pura e simplesmente ao Senhor Vereador porque teve muito tempo de convocar uma reunião extraordinária da Câmara Municipal e sujeitar este assunto a deliberação antes de o sujeitar à Assembleia Municipal. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse que salvo melhor opinião e ouvindo os membros da Mesa, vão retirar este ponto também em colaboração com o que disse o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, a Câmara tem que aprovar primeiro e depois é que sujeita a decisão da Assembleia Municipal. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.7 Outros Assuntos** -----

► **ANTERO NETO** usou da palavra e disse: “venho aqui responder à resposta que me foi dada, em relação ao Senhor Presidente da Câmara é evidente Senhor Presidente, nunca lhe disse que em relação ao Monóptero aquilo é competência da Câmara, estava a dizer-lhe, no fundo a sugerir-lhe que... (*interrompeu o Senhor Deputado Lima e disse que este assunto já estava ultrapassado*), (*o Senhor Presidente da Assembleia disse que os outros assuntos, de facto são aqueles assuntos que não foram discutidos e analisados até ao momento, quer dizer, dizer isto a um Advogado é um bocado complicado, todavia o Senhor também tem literacia suficiente para contornar a questão, se assim o entender*), outros assuntos é livre, é livre posso falar daquilo que eu entender, Senhor Presidente era só isso. -----

-----Em relação ao Coronel Albino Pereira Lobo depois trago-lhe a biografia e bibliografia dele. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia, agradeço o convite, e respeitá-lo-ei com certeza em relação à revisão disto, mas apesar de eu normalmente ser caladinho e discreto quero-lhe recordar que já estou cá desde o início, já me podia ter chamado desde o início, além do mais, disse também e eu não posso deixar passar isso em claro, disse também que isto estava conforme a Lei-quadro das Autarquias, não está Senhor Presidente, nem conforme a Lei-quadro das Autarquias, nem conforme nenhuma Lei, porque tem ilegalidades, se tem ilegalidades não está conforme a Lei e tem inconstitucionalidades, mas isso deixá-lo-ei para essa reunião que vamos ter”. *(interrompeu novamente o Deputado José Lima que disse ao Senhor Presidente da Assembleia que tinha dito na conferência de Líderes que estes assuntos, que não podia abrir precedentes, e que tinha acabado de abrir um precedente grave, porque disse que estes assuntos não voltavam a ser novamente discutidos, e agora autorizou que se debatesses os assuntos anteriores), (o Senhor Presidente da Assembleia disse: o Senhor Deputado Lima não ouviu a resposta que dei ao Senhor Deputado Neto, devia estar distraído, eu disse assim, para mim os outros assuntos, são todos os assuntos que não foram tratados até ao momento, agora o Senhor Deputado contornou a questão e a única coisa que gostei lhe ouvir foi a disponibilidade total para integrar o grupo de trabalho para reformular o regimento, eu aí estou muito grato, até bato palmas, se for preciso.)* -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “com a permissão do Senhor Presidente e espero que com a permissão de algum sector da bancada, vou ser muito rápido, eu quero lamentar este incidente gerado, em primeiro lugar quero pedir desculpa à Mesa e ao Senhor Deputado José Maria por o ter interrompido na sua última intervenção, quero também em qualquer dos casos lamentar este incidente que se gerou aqui a propósito da rectificação da suspensão do PDM, isto de facto não tem grande interesse mas revela um aspecto reiterado do Executivo Municipal, quer nesta, quer na anterior legislatura, a Câmara Municipal tentou, forçou a aprovação de propostas, decisões, eu utilizei já uma vez esta expressão aqui «a mata cavalos», à força, a correr, estou a recordar-me de uma a propósito de umas construções ali no bairro da cerca, e outras, que como foram tomadas precipitadas, morreram de morte macaca, isso lamenta duas coisas, lamenta alguma incompetência, não sei, talvez de quem passa certidões, e escreva aqui coisas que não são verdades e também algum desprezo do Executivo pela Assembleia, aquilo é para levar para lá que os gajos batem palmas, aprovam e está a rodar, a gente não está cá com problemas de legalidades, isso é evidente que poderia trazer, não sei se neste caso traria, mas podem muito bem trazer responsabilidades a quem toma decisões ilegais. -----

-----Senhor Presidente grande parte do que aqui me foi dito, embora

lamente o que disse o Senhor Deputado Lima e não concorde muito com isso, foi-me sugerido pelo Senhor Deputado Neto, de facto eu estou integralmente de acordo com ele quanto ao assunto que focou aqui do regimento, devo confessar-lhe e devo confessar aqui a todos que eu fiz parte da comissão e senti-me vencido, eu propus-me colaborar na redacção de uns estatutos novos o mais possível libertos de incongruências e de incompatibilidades como as que aqui estão espelhadas, mas não foi esse o entendimento da maioria dos membros da Comissão e isso está traduzido aqui no preâmbulo, o preâmbulo diz claramente: *o conteúdo deste regimento não podia deixar de ser semelhante à versão do anterior, registando-se apenas algumas correcções de natureza ortográfica e redactorial*, acontece que pelos vistos, pelo menos as de natureza ortográfica não foram conseguidas, mas, e está aqui também mais alguém que estava nessa comissão que se recorda, quando eu ouvi dizer que não valeria a pena lutar muito contra isto, porque havia outros regimentos de outras Câmaras que traduziam mais ou menos o mesmo e que o anterior estava bem, que era só seguirmos, corrigir umas pequenas coisas, fiquei um bocado frustrado, não se consegue resolver nada, mas enfim, também na altura eu antevia, e aliás também me saiu furada essa antevisão, como muitas outras, antevia que a Lei eleitoral fosse modificada, havia na altura um projecto de entendimento entre o PSD e o PS, houve umas alterações de Líderes do PSD, saíram frustradas, foram por a água abaixo. Senhor Presidente louvo a sua intenção de tentar a correcção dos estatutos, mas queria que o Senhor visse que isso era da competência da Mesa (?) e queria lembrar-lhe que tem que articular o artigo 21 que diz que compete à Mesa da Assembleia elaborar o projecto de regimento, ou constituir um grupo de trabalho para o efeito com o que diz o artigo 61, que exige um terço dos membros desta Assembleia para fazer essas modificações, portanto não é a belo prazer que se modificam os estatutos, pode indigitar a comissão, o Senhor não pode é tomar a iniciativa (?), isso é competência desta nossa Assembleia. -----

-----Falou-se aqui num Museu, saúdo essa ideia, mas como tantas outras coisas que acontecem neste Município, não há informação para esta Assembleia, há sim informações para órgãos de imprensa falada e escrita que revelam de vez em quando um certo ar de vanglória de quem está a ser entrevistado, ou de quem está a ditar respostas aos Jornalistas, é pena, esta Câmara devia ser informada em primeira mão dessas questões, os Deputados Municipais deveriam ser mais respeitados e ter essa informação e não recolhê-la episodicamente pela comunicação social. -----

-----Quanto à Comissão de Toponímia julgo saber que está a trabalhar há já uns tempos, deve sair um parto bem elaborado, porque está demorado, já vai nuns meses largos, de qualquer dos casos enquanto há, ou não há parição da nova Toponímia agradecia que houvesse algum respeito pelos

nomes de alguns homenageados, estou a ver aqui um em fotografia naquela parede, tem uma rua nesta terra e a placa está deturpada, o nome está incorrecto, as letras caem, já uma vez aqui também os alertei para que não havia nenhuma personagem da nossa história chamada Abade Baçal, há sim um Senhor que foi Abade de Baçal e portanto mereceria estar correctamente posto o nome, como muitos outros que por aí há, portanto espero que a comissão de toponímia trabalhe com proficuidade e que saia alguma coisa de jeito porque tempo já levam. -----

-----Por fim lamento que não tenha sido dada a palavra ao Deputado Alfredo Preto para explicitar melhor o teor do seu requerimento, o seu requerimento não, requerimento não sei de quem, se do Deputado Alfredo Preto e de outros Deputados, ou do Grupo Parlamentar do PSD, não cheguei a perceber se era uma proposta, um requerimento oficial do Grupo Parlamentar do PSD, ou se era de um grupo de Deputados, não foi aqui explicitado, o Senhor Presidente da Mesa pode dar-me essa informação”. --

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “hoje acordaram a acusar-me daquilo que eu não pratico, eu quando li aqui o requerimento na forma como estava transcrito, disse ao autor se queria explicitar e ele disse: no fim, ele no fim não quis intervir, não vou puxar-lhe uma orelha para vir, não é? (*O Senhor Ilídio Martins disse: pensei que tivesse sido um acto do Senhor Presidente não lhe conceder a palavra, mas então foi um acto voluntário do Senhor Alfredo, de qualquer dos casos fiquei sem saber se foi proposto pelo Grupo Parlamentar ou ...*) Foi da autoria do Grupo Parlamentar, a mim apareceu-me aqui. -----

-----Queria informar que a Comissão que regeu este regimento mal ou bem, os membros para além da Mesa foram designados pelos partidos, eu não escolhi ninguém, as pessoas foram indicadas pelos partidos, e é isso que eu tenho que fazer pedir aos partidos com assento nesta Assembleia indicação dos nomes, e os nomes que estiveram presentes na Comissão foram aqueles que os partidos indicaram”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “antes do Natal eu recebi uma carta do Chefe de Gabinete do Senhor Presidente da Câmara a falar sobre as condições de cedência do autocarro da Câmara Municipal, que a partir daquela altura para as Juntas de Freguesia pedirem o autocarro..., eram elaboradas uma série de sequências de requisitos e no final podemos dizer que nomeava também quais eram os requisitos para se usar o autocarro da Câmara, aonde nesses requisitos dizia os organismos que tinham direito de usar o autocarro da Câmara e no final as Juntas de Freguesia já não apareciam lá, eu não sei se de facto esta carta também foi recebida pelos meus colegas Presidentes de Junta, eu não perguntei a mais ninguém, ou se realmente essa carta só me foi dirigida a mim, mas eu quero dizer que sou Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Porco há cerca de dez anos e nestes dez anos eu usei o autocarro da Câmara Municipal

quatro vezes, não sei se quatro vezes em dez anos é exagero e merecia ser repreendido por carta para de facto não voltar a usar, eu acho que houve excesso de zelo no conteúdo desta carta que me foi dirigida. Quero associar este facto também a outros cortes que de facto têm sido feitos às Juntas de Freguesia, digamos que nos vão apertando o colete, é como um colete-de-forças que nos vão apertando. -----

-----Vou falar também da questão que foi solicitada aos Presidentes de Junta para requerer contadores de água para os edifícios da Juntas de Freguesia, que possivelmente será para as Juntas de Freguesia passarem a pagar a água. -----

-----Adicionar também o corte maciço das verbas que foi feito às Juntas de Freguesia, é ver nomeadamente no âmbito deste Executivo aquilo que as Juntas de Freguesia recebiam há quatro, cinco anos e o que de facto recebem hoje, isto é um asfixiar das Juntas de Freguesia, é retirar capacidade de trabalho às Juntas de Freguesia para lá também da descida de 8% do FEF. Acho que tudo isto limita o nosso trabalho, limita a nossa acção e de facto não é bom, nem se prevê um bom futuro para as Juntas de Freguesia. -----

-----Depois um outro assunto, um voto de louvor também teria sido merecido à Dona Maria que na sexta-feira lhe foi feito um jantar de homenagem, acho que foi uma pessoa que desenvolveu um bom trabalho nesta Câmara Municipal, acho que criou harmonia à volta dela, penso que teve um bom relacionamento com todos os colegas e com todos os Presidentes de Junta que passaram por lá, penso que o voto de louvor também lhe teria ficado bem à Dona Maria”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “é para clarificar um ponto que penso que o Senhor Presidente da Câmara compreendeu mal, Senhor Presidente, eu não tenho qualquer conhecimento de qualquer conflito entre as equipas governativas, eu disse que os nomes dos Vereadores eram para dar vida a título de exemplo, quando faço referência a uma areia são pormenores técnico-jurídicos que com uma deliberação possivelmente do Município pode ser alterada através de um documento estratégia, podem ser questões urbanísticas, pode ser uma página da internet dedicada à promoção turística, este era o meu pensamento, todos os outros não estavam na minha consideração. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a

acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -  
-----Às treze horas e quinze minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

---

*(Maria Isabel S. M. Preto)*

O Presidente da Assembleia Municipal

---

*(Ilídio Granjo Vaz)*

---

<sup>1)</sup> Esta acta é constituída por 14.984 palavras, distribuídas por 32 páginas e 1362 linhas \*